

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

RESOLUÇÃO N.º 37/73

DATA: 27 de setembro de 1973.

SÚMULA: Transfere ao Departamento Legislativo, a Seção de Autografia e suprime o item VII, do Artigo 28 do Regime Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. A Seção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea "e", inciso I, do artigo 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão de Ordem do Dia e Autografia.

Art. 2.º. Fica criada a Divisão de Ordem do Dia e Autografia, compreendendo duas Seções:

- a) Seção de Ordem do Dia, e
- b) Seção de Autografia.

Art. 3.º. Fica suprimido o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1968, cuja atribuição será designada ao Diretor do Departamento Legislativo.

Art. 4.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 27 de setembro de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 179ª Sessão Ordinária Realizada em 1º de Outubro de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Olavo Ferreira — Quielso Crisóstomo e Wilson Brandão (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 137-73.

— de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 182-73.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, que se registre um voto de profundo pesar pelo passamento da Excelentíssima Senhora Angela Reghin.

A extinta pertencente a tradicional família era viúva do saudoso pioneiro procopense Bortolo Reghin.

Deixa inúmeros filhos, netos e bisnetos todos elementos dos mais destacados na cidade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à Excelentíssima família enlutada.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1973.

(a) — Rosário Pitelli.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Senko, ocorrido nesta Capital.

Outrossim, requer mais, seja dado ciência à família enlutada residente à Rua Edmundo Saporski n.º 80, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Antônio Costa

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em data de 29-9-73, nesta Capital, do venerando Senhor Sarquis Antonio Samara.

O extinto era pai de vários filhos, entre eles o Médico Oftalmologista Dr. Antonio Vantuil Samara, tendo o seu passamento consternado a sociedade curitibana.

Requer, ainda, que, da manifestação da Casa seja dado conhecimento à ilustre família enlutada, na pessoa do Dr. Antonio Vantuil Samara, à Avenida Iguazu n.º 2.126.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Gilberto Carvalho

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Rosalvo Teixeira de Assis, ocorrido no Município de Ibatí-Pr. Outrossim, requer mais, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Rui Barbosa n.º 665, Ibatí - Paraná.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Antônio Costa

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma estabelecida pela letra "c", art. 106, do Regimento Interno, requer, seja incluído na Pauta o Projeto de Lei n.º 97-71, tendo em vista já haver decorrido prazo excessivo sem que as Comissões competentes se tivessem devidamente pronunciado.

O Art. 14 do Estatuto do Magistério, revogado pela Lei n.º 1, de 2 de junho de 1971, constitui uma das grandes conquistas da Classe, merece ser revigorado, visto que se enquadra perfeitamente no princípio de direito que assegura igual oportunidade a todos e no de que a unidade nacional assenta os ideais de liberdade e de solidariedade humana.

Trata-se, pois, de matéria de alta relevância que não deve e não pode ficar no esquecimento.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Muggiati Filho

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor do D.E.R., solicitando estudos necessários para construção de uma ponte sobre o Rio Ribeira, ligando os Municípios de Cerro Azul e Sengés, via Varzeão.

A ponte existente na localidade acima, não oferece as mínimas condições de segurança, devido ao grande tráfego de caminhões por aquela via no transporte da produção agropecuária da Região para os centros consumidores.

Face à precariedade da atual ponte, torna-se necessário que o D.E.R. tome medidas urgentes para a construção de uma nova, a fim de evitar que uma importante região produtora venha a ficar isolada de uma hora para outra com incalculáveis prejuízos aos moradores e ao Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, para que se digne determinar sejam tomadas as medidas necessárias, a fim de ser estendido, ao lugar denominado São Pedro do Oeste, o Ginásio Estadual Dario Veloso, da sede do Município de Toledo.

O apelo ora formulado prende-se a circunstância de que a população estudantil da mencionada localidade, de parcos recursos, está sendo altamente onerada em seu orçamento, aliada a grande dificuldade para se deslocar à sede do Município, distante vários quilômetros e atingível por estrada primaríssima e em péssimo estado, pela qual não transita transporte coletivo regular.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Muggiati Filho

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de aplausos e congratulações ao Governador Emílio Gomes, pelo lançamento, no Norte do Estado, da Campanha de Combate a Ferrugem do Cafeeiro, bem como de outros programas para a agricultura e pecuária.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos dois anos, a ferrugem tomou de assalto os cafezais paranaenses. Hoje, a "Hemileia Vastatrix" está ameaçando todos os cafeeiros em nosso Estado e isso representa, sem dúvida alguma, uma ameaça à nossa economia, principalmente, quando se sabe que o café é o sustentáculo das finanças do Paraná.

A ausência de combate à moléstia acarreta prejuízos vultosos resultantes de um decréscimo na produção e diminuição da vida útil do cafeeiro. A presença da ferrugem provoca a desfolha antes da floração, interferindo assim no desenvolvimento dos botões florais. Isso leva à formação de grãos anormais, afetando sensivelmente a qualidade da produção.

Daí porque estamos, através deste Requerimento aplaudindo a feliz e oportuna iniciativa do Governador Emílio Gomes, em promover uma grande campanha de combate à ferrugem do cafeeiro.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 216-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A Secretaria de Segurança Pública poderá credenciar despachantes para exercer atividades e praticar, nessa Secretaria, em nome de seus comitentes, todos os atos que independam de procuração, excetuados os de competência do Departamento de Trânsito.

Art. 2.º — São condições para a credenciação de despachantes, nos termos do artigo anterior:

I — Fazer prova de:

- a) — ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) — ser maior de 21 anos;
- c) — estar quites com o serviço militar;
- d) — sanidade física e mental, com laudo médico expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- e) — nível secundário de instrução, com comprovante de conclusão de curso secundário, 1.º ciclo;
- f) — idoneidade, com certidão negativa dos cartórios de Protestos de Títulos da Capital e, se residente no interior, do Cartório local; e certidão negativa das Varas Criminais, Execuções Criminais, Distribui-

g) — bons antecedentes político-sociais, com documento expedido pela DOPS;

h) — identidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Relegacia Regional do Imposto de Renda.

II — Submeter-se à prova de habilitação, por concurso, onde se comprovem conhecimentos sobre a legislação que rege a área administrativa onde vai operar;

III — Firmar termo de responsabilidade, garantido por caução, junto ao Tesouro do Estado, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), em moeda corrente do país, para responder por eventuais danos pecuniários ou materiais, ocasionados à Secretaria ou a terceiros.

Art. 3.º — As associações civis registradas e reconhecidas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado, de natureza filantrópica ou assistencial, poderão, a critério do Secretário da Segurança Pública, ser credenciadas.

Parágrafo único — O preposto por elas indicado deverá preencher os requisitos exigidos no artigo anterior.

Art. 4.º — Ao despachante abrangido por esta Lei compete:

- representar os interesses dos seus clientes, desde que autorizado por documento hábil;
- encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços das repartições;
- requerer certidões para instruir processos, solicitar informações sobre o respectivo andamento, bem como reclamar perante quem de direito no caso de demora na tramitação de requerimentos e processos;
- pagar em nome dos seus representados quaisquer impostos, taxas ou multas.

Art. 5.º — Cada despachante poderá requerer ao Secretário de Segurança Pública a credenciação de um preposto, que indicará.

§ 1.º — O preposto, como auxiliar, funcionará sob exclusiva responsabilidade deste;

§ 2.º — Ao preposto aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao despachante, excetuado o disposto na letra "b", do item I, do art. 2.º.

§ 3.º — O preposto deverá ter idade superior a 18 anos;

§ 4.º — O despachante firmará um termo de responsabilidade sobre os atos praticados pelo seu preposto, no exercício das respectivas funções, inclusive pelas indenizações em que aquele incorrer por força de seu trabalho;

§ 5.º — A credenciação do preposto, bem como a do despachante, será expedida em caráter precário.

Art. 6.º — Incumbe ao despachante credenciado:

- tratar com urbanidade clientes e funcionários, respeitando o regime de disciplina que rege o serviço público;
- diligenciar o rápido andamento dos interesses que lhe são confiados;
- possuir livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pela Secretaria, onde conste:
 - nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;
 - os negócios de que estiver encarregado, com as respectivas conclusões e contas;
 - os pagamentos recebidos.
- apresentar o livro de que trata a letra anterior para exame sempre que a Secretaria assim o solicitar;
- prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;
- acatar as determinações das chefias das repartições e com elas cooperar;
- manter em seus escritórios em lugar visível ao público, impressas e sem rasuras:
 - tabela de honorários aprovada pelo Secretário de Segurança Pública;
 - tabela de taxas dos órgãos da Secretaria, relativas aos serviços de sua atribuição.

h) — comunicar, dentro de 24 horas, à Secretaria, a dispensa de preposto, bem como a devolução da respectiva credencial;

i) — portar e exibir em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial expedida pela Secretaria;

j) — identificar os processos que encaminhar nas respectivas repartições, com carimbo onde conste o nome do despachante, resolução, data de nomeação e endereço do escritório;

l) — instruir os processos que encaminhar com o seguinte documento, além da documentação regular: comprovante padrão fornecido pelo órgão, devidamente preenchido, devendo constar a autorização do cliente, bem como um orçamento de custo de seus honorários.

Art. 7.º — É vedado ao despachante, nos termos desta Lei:

- delegar a outrem, que não o seu preposto, suas atribuições definidas em Lei e regulamento;
- aceitar o patrocínio de interesses que venham, de qualquer modo, causar prejuízos a terceiros ou à administração pública;
- manter conduta incompatível com o decoro da profissão;
- desempenhar cargo ou função pública.

Art. 8.º — Constitui impedimento legal para a credenciação de despachante, ser o mesmo parente até 3.º grau, inclusive na linha de afinidade, de funcionários da Secretaria de Segurança Pública ou à disposição dela.

Art. 9.º — Pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa fica o despachante sujeito às seguintes sanções:

- advertência e repreensão;
- suspensão até noventa dias;
- cassação da credencial concedida.

Parágrafo único — As penas estabelecidas na letra "c" do artigo anterior, são aplicadas pelo Secretário de Segurança Pública e as das letras "a" e "b", são aplicadas pelo Diretor Administrativo da referida Pasta.

Art. 10 — A imposição das penas de que trata o artigo anterior será precedida de sindicância, mediante prévia notificação do acusado, pessoalmente ou por editais com prazo de cinco (05) dias para justificar-se por escrito, dentro de dez (10) dias, facultada a juntada de documentos.

Art. 11 — Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias, cuja decisão será irrecurível.

Art. 12 — A Secretaria de Segurança Pública manterá em sua Seção de Pessoal o registro dos despachantes credenciados, para efeito de anotação de sua vida profissional.

Parágrafo único — O uso indevido por parte do despachante, das prerrogati-

vas aqui concedidas importará na cassação da credencial, além da imposição das cominações legais decorrentes.

Art. 13 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

Dep. Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO: — O objetivo deste projeto é o de criar, na área da Secretaria de Segurança Pública, a função do despachante para atos que independam de procuração.

O sucesso do despachante de trânsito, sugere-nos a extensão da experiência em outros setores, nos mesmos moldes daquela.

A rapidez e a eficiência do serviço público são efeitos complementares da iniciativa, pelo que espera-se a aprovação unânime da Casa.

PROJETO DE LEI N.º 217-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio Estadual Dr. Lauro Portugal Tavares, o atual Ginásio Estadual de São Martinho, situado no Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1973.

(a) — Xenofonte Villanueva.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho que no Pequeno Expediente saudará a Srata. Laudelina Vilma Marques Ramos, a mais bela cinecista do Paraná, cujo Estado, irá representar, em Recife, e cuja presença neste Plenário esta Presidência tem a grata satisfação de registrar.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É com satisfação que, nesta oportunidade, faço a saudação à mais bela CINECISTA do Paraná que nos honra, aqui, com a sua presença no Plenário, visitando esta Casa, nesta data de hoje.

Mas quero, Srs. Deputados, dizer do motivo da eleição da mais bela CINECISTA do Paraná, e dos acontecimentos que culminaram com a escolha da representante do Paraná, que irá a Recife dia 10 de Novembro, representar o nosso Estado.

Quero, nesta oportunidade, congratular-me com o Senhor Secretário de Educação e Cultura, que em data de ontem compareceu à Convenção da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, Seção do Paraná, onde, usando da palavra, em vibrante discurso, leva ao conhecimento dos Conventuais as metas de trabalho do Governo no setor de Educação, dizendo de sua disposição de perfeito entrosamento e ajuda aos estabelecimentos particulares, em especial a CNEC, que vem prestando relevantes serviços ao Estado no setor de Educação, mesmo em épocas difíceis como a que passou nesses dois últimos anos, onde era difícil um diálogo com CNEC.

Queremos registrar aqui, os agradecimentos da CNEC ao eminente Presidente Deputado João Mansur, pelo apoio que tem dispensado à Campanha, inclusive agora por ocasião da Convenção.

A CNEC elegeu ontem sua nova Diretoria, tendo à frente, como Presidente, o eminente Professor Jeremias Vieira de Lima, os Vice-Presidentes Professor Luiz Carlos do Nascimento Tourinho, Major Messias Pontoni, e, como Secretário, Dr. Djalma Sigwalt.

Inicia a CNEC uma nova etapa de trabalho coordenado pelo administrador Professor João Calixto de Medeiros, auxiliado pelos seus Diretores, hoje com novas perspectivas de trabalho em uma ação conjunta, contando com o apoio imprescindível da CNEC para essa nova etapa, em especial a implantação da Reforma do Ensino.

A CNEC, está comemorando neste ano, o seu 30.º aniversário de fundação, com 101 estabelecimentos de ensino espalhado por todo o Estado. 1.248 estabelecimentos em todo o Brasil, 309.982 alunos, e 16.653 professores.

Dentro das Programações alusivas à comemoração do 30.º Aniversário da CNEC, como não poderia deixar de constar, está a escolha da mais bela Cinecista do Brasil, a ser eleita em Recife no dia 10 de novembro deste ano, para cujo concurso, o Paraná estará presente com sua representante, eleita sábado último. No Club Sirio Libanês, nesta Capital.

Com satisfação, quero anunciar neste instante, o que já foi feito pelo Sr. Presidente desta Casa, na presença da mais bela Cinecista do Paraná, que nos visita nesta tarde, encontrando-se em Plenário, a qual apresento aos Srs. Deputados, trata-se da senhorita Laudelina Vilma Marques Ramos, com 16 anos de idade, cursando o primeiro ano normal da Escola Normal Colegial de Bom Sucesso, que irá representar o Paraná no dia 10 de Novembro, na cidade de Recife.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Srs. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando hoje a esta Casa um Projeto de Lei que visa homenagear em meu Município uma das figuras notáveis na vida pública do Paraná. Trata-se do ex-Deputado estadual e ex-Deputado federal, ex-Secretário de Estado, Dr. Lauro Portugal Tavares.

Quis o meu Projeto de Lei homenageá-lo, dando o nome de Lauro Portugal Tavares a um dos Ginásios Estaduais do Município de Rolândia. Para que fique registrado em Ata, nesta Casa, passarei a ressaltar alguns tópicos da justificativa da Biografia que acompanha o presente Projeto de Lei. (Lendo):

"O Doutor Lauro Gentio Portugal Tavares, filho do Engenheiro Arlindo Tavares e de Dona Maria da Conceição Portugal Tavares, nasceu a 13 de maio de 1901, na cidade de Campo Largo, neste Estado.

Aos 12 anos de idade, teve a desventura de perder seu pai, com 38 anos, vítima de mal súbito. Daí então, começou a sua luta pela vida para manter a casa de sua Mãe, entregando-se aos mais variados serviços braçais. Mais tarde, pelo desejo de progredir, foi forçado a se transferir para Curitiba, pois Campo Largo, na época, era um centro quase adormecido, sem as indústrias de hoje e vendo da lavoura rudimentar. O seu primeiro trabalho na Capital do Estado, foi o de desempenhar modesta função em uma farmácia localizada na então Avenida Luiz Xavier. Nesse estabelecimento, mantinha consultório um dos mais afamados da cidade, o Professor Eurípedes Garcez do Nascimento, detentor da maior clínica de Curitiba e que necessitava de alguém que o auxiliasse no desempenho de serviços de enfermagem. Nasceu aí,

entre ele e o afamado professor, uma sólida amizade que muito o ajudou a vencer as vicissitudes que a vida ainda estava a reservar-lhe.

Trabalhava durante o dia e estudava à noite para conseguir o curso básico que lhe daria entrada ao curso superior.

A princípio matriculou-se no Curso de Farmácia para mais tarde transferir-se para o de Medicina, onde se diplomou em 1935, pela então Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná.

Para custear os seus estudos, conseguiu ingressar na antiga Administração dos Correios e Telégrafos do Paraná, como postalista praticante, trabalhando na 4.ª seção.

A sua mocidade, foi toda dedicada ao trabalho modesto e ao estudo.

Em 1935 diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Estado do Paraná.

Como médico da Polícia Militar do Estado, atingiu o posto de Coronel, participando como integrante da corporação nas revoluções de 1930 e 1932 e também, na 2.ª Grande Guerra, como membro do corpo médico da Região, tendo prestado os mais relevantes serviços à cidade de Curitiba, por ocasião de diversas epidemias que assolaram a Capital nessa época. Por várias e várias vezes, foi visto durante madrugada e seguidas noites chuvosas, transportado por uma carroça do serviço de saúde militar, percorrendo os bairros mais distantes de Curitiba, para atender aos que reclamavam os seus dotes médicos humanitários, pois fazia aquilo pela vontade única de servir aos necessitados. Procurado pelo saudoso paranaense, Governador Afonso Camargo para integrar a chapa de Deputados à Assembleia Constituinte de 1947, pelo Partido Republicano, aceitou a candidatura, tendo sido eleito com grande votação, representando Curitiba. Ingressou, assim, no velho Partido Republicano, cujo programa foi sempre o seu. Serviu à agremiação política, saída das barreiras da oposição, com amor, dedicação incansável e irrestrita lealdade, fazendo oposição num sentido construtivo, que objetivava, unicamente, o bem estar coletivo.

Como Deputado, na Assembleia Legislativa ou Constituinte, não perdeu ele o mesmo sentido de crítica honesta, de auto-crítica, de exame dos seus próprios atos, tendo sempre a coragem de defender com veemente entusiasmo os postulados do seu velho Partido Republicano, que enfatizava, não ter nascido nas ante-câmaras dos palácios governamentais, mas no seio do povo brasileiro. Se a Carta de Itú, traçou novos rumos à nacionalidade brasileira afogada pelas lutas no Segundo Império, plantando na Nação a Liberdade Republicana, o Dr. Lauro Portugal Tavares, foi sem dúvida, a grande figura Republicana da Assembleia Paranaense, defendendo a implantação da Democracia no País, após a noite ditatorial de tantos anos.

Por amor à causa pública lutou sempre, sendo constante a sua presença na Tribuna do velho Palácio Rio Branco. Deputado Estadual, por duas Legislaturas e líder do velho PR, deixou os Anais do Legislativo Paranaense enriquecidos de memoráveis discursos e trabalhos que o recomendam a gratidão do Paraná.

Autor do Estatuto dos Militares Paranaenses, conseguindo por aprovação unânime da emenda constitucional que deu a esses militares percentagens a seus vencimentos, através do computo dos anos de serviços, prestou inestimáveis serviços à Polícia Militar do Estado.

O ensino, sempre mereceu seu especial carinho. Apresentou Projetos criando Escolas de Filosofia, Ciências e Letras, nas cidades de Londrina, Ponta Grossa e Paranaguá. Bateu-se pela completa gratuidade do ensino em todo o Estado e propôs a redução do tempo de serviço para os professores na sua aposentadoria. O seu trabalho na Assembleia Constituinte de 47, foi notável.

Eleito Deputado Federal pelo Paraná, foi logo escolhido Vice-Líder Nacional do seu Partido Republicano pelo Presidente Arthur Bernardes, sendo em seguida eleito, por unanimidade, para a Vice-Presidência da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Assumiu por várias vezes a presidência de sua Comissão, o fazendo sempre através de grande entusiasmo, tendo a oportunidade de levar ao Plenário o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se arrastava na Câmara dos Deputados por mais de 10 anos, apesar das inúmeras reações encontradas.

Foi um Deputado ativo e sempre presente nos mais acirrados debates para a solução dos importantes problemas nacionais, e um representante à cultura de um Estado progressista e universitário como o nosso.

Foi pelo seu esforço e dedicação que se criou a Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade do Paraná. O próprio ex-Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, reconheceu por várias vezes, de pronunciamento próprio, que o Paraná deve ao Dr. Lauro Portugal Tavares a criação da Escola de Arquitetura da nossa Universidade Federal e que tantos profissionais de renome nacional vem formando através dos anos que se sucedem.

O seu empenho em dotar a nossa Universidade de verbas sempre vultosas que permitissem a edificação do seu enorme patrimônio atual, foi apreciável.

Aspecto bastante interessante de sua atuação política, foi o fato de que nunca estabeleceu barreira partidária. Atendia a todos como se fossem seus legítimos correligionários.

Do lado destas conquistas, o Dr. Lauro Portugal Tavares foi um Deputado conceituado pela sua extraordinária cultura e inteligência, tanto é que seus discursos constituíram sempre peças de real valor. Um dos seus inúmeros pareceres chegou a ser transcrito nos Anais da Academia de Letras.

Não desejando mais disputar as eleições, afastou-se da política, voluntariamente. A sua despedida na Câmara de Deputados, ao encerramento de seu mandato, foi uma apoteose de aplausos ao representante paranaense. Mario Martins falando em nome da UDN, afirmou ue lamentava o seu afastamento da Câmara, porque dificilmente um Estado mandava ao Parlamento Brasileiro, um Deputado da envergadura moral e da cultura do Dr. Lauro Portugal Tavares.

Como médico, exerceu sua profissão como sacerdote.

Na qualidade de Professor da Faculdade de Medicina da nossa Universidade, lecionou por vários anos ao lado do Professor Garcez do Nascimento, seu querido amigo, a cadeira da Farmacologia. A política, o afastou de suas atividades didáticas, perdendo a Universidade um grande Professor. Se a política às vezes anula vocações, ela fez do Dr. Lauro, um grande valor político do Paraná.

Foram muitos os cargos que o nosso biografado exerceu no Estado. Foi Presidente do Instituto dos Funcionários Públicos, atualmente Associação dos Servidores Públicos do Paraná, onde prestou à laboriosa classe, os mais assinalados serviços.

Foi Comandante da Guarda Civil do Paraná, na época da Interventoria Federal do Sr. Manoel Ribas, reorganizando a corporação e criando vários serviços assistenciais, salientando-se a medida que incluí na Caixa de Seguros dos Funcionários do Estado, os integrantes daquela corporação, garantindo-lhes o amparo à família, pois antes de sua gestão os guardas civis não dispunham, nem ao menos de auxílio funeral.

Como Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, no Governo Bento Munhoz da Rocha Neto, o então Deputado Portugal Tavares se impôs à consideração do povo paranaense, imprimindo na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, medidas de alto alcance para o ensino. O eminente prelado brasileiro, D. Geraldo de Proença Sigaud, atual arcebispo de Diamantina, afirmou por diversas vezes que o Dr. Lauro Portugal Tavares, na sua gestão, moralizou o ensino no Paraná. Foram por ele criados vários Departamentos e Divisões, destacando-se o Serviço de Educação Pré-Primária, que objetivava proporcionar à criança, entre outros benefícios, uma transição suave entre o lar e a escola primária, procurando atingir à família, esclarecendo-a em relação aos problemas da criança e aproximando mais as duas gerações para um melhor desempenho educacional.

Considerando a necessidade de seleção de professorado para funções em cargos técnicos de Direção e Administração, criou a Divisão de Expansão e Divulgação do Departamento de Educação, compreendendo os serviços de bolsas de estudo, concursos, serviços de livro didático, publicidade educacional, cinema educativo, intercâmbio e controle.

Foi de sua lavra a criação de bibliotecas especializadas nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino.

Instituiu através de Decreto Estadual 12704, de 25 de maio de 1954, o ensino religioso nas escolas públicas do Estado.

Regulou o serviço de educação artística, compreendendo as artes plásticas, música e canto orfeônico e, finalmente, criou o teatro escolar.

Estabeleceu também, em linhas gerais, os encargos de publicidade educacional, ressaltando a distribuição de informações diárias à imprensa, a realização de programas educativos pelo rádio, precedendo com grande antecedência os nossos atuais programas do MOBIL.

Estabeleceu o primeiro curso de Educadoras Sanitárias dirigido pelo Professor Salustiano Ribeiro, eminente sanitista que, ao lado de outros dedicados médicos do Paraná, lecionaram gratuitamente para servir ao Estado.

Tecer considerações maiores sobre o comportamento político de nosso biografado seria desnecessário, pois o seu padrão de conduta é um paradigma para todos os paranaenses.

Como médico humanitário e dedicado aos mais altos postulados da ciência de Hipócrates, devem falar os seus clientes e os seus alunos, hoje médicos espalhados por todo o Brasil.

Resta-nos aqui, deixar a consideração de todos, o tipo humano do eminente paranaense, Dr. Lauro Portugal Tavares, que honra os foros de cultura e de civilização de nossa terra.

A esse homem e ilustre paranaense, o nosso Estado deve o penhor de gratidão, manifestada palidamente no Projeto de Lei que apresentamos".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa o Nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Foram estes e outros os trabalhos que nosso homenageado prestou ao nosso Estado, fazendo-o merecedor de nossa admiração e do nosso apoio.

Por esse motivo que desejamos homenageá-lo, ainda em vida, ao estar ultrapassando os 70 anos de idade, é que propomos a esta Casa este Projeto de Lei que, nesta data, levamos ao conhecimento dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência suspende a sessão por 5 minutos, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar a Srta. Laudelina Marques Ramos. — (É suspensa a sessão por 5 minutos).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo aqui, em breves palavras, tratar de um assunto da maior importância para a economia de nosso Estado.

Inicialmente, gostaria de dizer que o Paraná, embora esquecido pelo Governo Federal, tem sido generosamente lembrado por Deus. Aqui, aonde o Governo da União não faz as estradas devidas, embora daqui retire grande parte das exportações brasileiras, fonte imprescindível de divisas para o pagamento dos juros referentes aos vultosos débitos externos da Nação, aqui está o Paraná que, nas palavras do Sr. Secretário da Fazenda, "é um Estado em explosão".

A última safra de soja, além de quantitativamente grandiosa, alcançou, por fatores diversos, elevados preços no mercado internacional. A venda ao exterior tornou-se tão vantajosa que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil — CACEX, baixou a Resolução de número 410, a fim de garantir a permanência no País, daquela parte do produto, indispensável ao consumo interno. O soja assim adquirido pelo Banco do Brasil, cumprindo determinações do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional, ficou depositado, em sua maior parte, cerca de 120 mil toneladas, nos armazéns das Cooperativas vendedoras, sobretudo nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, principalmente nas cidades de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Barracão, Capanema, Dois Vizinhos etc...

Porém, se esqueceu ou desconhece a CACEX que a safra tritícola paranaense, de elevado valor para a economia nacional, tem o seu início já em setembro, diferenciando-se da safra gaúcha, mais tardia. Aliás, esta projeção das condições da agricultura do Rio Grande do Sul para o Paraná, sempre utilizada pelo Banco do Brasil, nos tem causado sérios transtornos. Ocorre que o plantio de soja e de trigo no Rio Grande do Sul, tem início após a sua realização em nosso Estado. Mas como o Banco do Brasil, por motivos um tanto óbvios, só conhece o Rio Grande do Sul, prepara as instruções para os financiamentos da CREA com observância apenas dos períodos agrícolas gaúchos. Daí chegarem elas ao Paraná sempre com atraso, às vezes grandes atrasos.

Os prejuízos daí decorrentes são fáceis de avaliar.

Ainda agora estamos sendo vítimas do mesmo erro. O motivo que me trouxe à Tribuna demonstra isto: repetindo, a CACEX esqueceu-se ou desconhece, a última prece mais verdadeira, que em nosso Estado a colheita do trigo tem o seu início já em setembro e não tomou até agora qualquer providência para desocupar os armazéns das cooperativas que guardam o soja adquirido pelo Governo. Como as unidades armazenadoras integram conjuntos granleiros de total utilização no recebimento e conservação do trigo, a omissão da CACEX começa a levar preocupação às cooperativas do Oeste paranaense, de onde retornei na semana que findou.

Urgente se faz, portanto, que a CACEX determine o deslocamento do Soja armazenado pelas cooperativas, possibilitando-lhes atender à safra triti-

cola, atendendo mais ainda, para o fato de que o trigo colhido vem apresentando elevado grau de umidade, o que exige maiores espaços para a constante necessidade de movimentação do produto.

Motivado por estas considerações, formulei um apelo ao Sr. Diretor da CACEX, apelo que submeto à apreciação da Casa, redigido nos seguintes termos: (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, a remessa do seguinte apelo à Sua Exa., Dr. Benedito Fonseca Moreira, DD. Diretor da Carteira de Comércio Exterior — CACEX, do Banco do Brasil S.A.:

"Sr. Diretor:

A aquisição de soja pelo Banco do Brasil S.A., nos termos da Resolução n.º 140 da CACEX, determinou que, ainda agora, estejam depositadas nos armazéns das cooperativas vendedoras, cerca de 120 mil toneladas de produto, em sua maior parte do Oeste e Sudoeste paranaense (Cascavel, Palotina, Marrecal Cândido Rondon, Dois Vizinhos, Barracão, Capanema etc.).

As mencionadas unidades armazenadoras integram conjuntos graneleiros cuja total capacidade deverá ser utilizada no atendimento da atual safra triticola, que está reclamando, inclusive, cuidados especiais pelo elevado grau de umidade com que se vem apresentando o produto nesta fase inicial de colheita.

Desta forma, queremos dirigir apelo a V.Exa. no sentido de que seja determinado a transferência do SOJA depositado nos armazéns das diversas cooperativas para os depósitos, à ordem da CACEX dos pretendentes adquirentes, todos com capacidade ociosa, ou, então, fique o produto guardado nas unidades da COPASA e da CIBRAZEN. O atendimento de nossa solicitação permitirá o pleno aproveitamento da capacidade armazenadora das diversas cooperativas para a safra triticola, diminuindo, em muito, os riscos a que estão sujeitos o produto, causa de intranquilidade geral dos triticultores.

Apelamos também a V.Exa. para que o referido soja armazenado no Paraná não seja distribuído para outros Estados, permitindo-se a maior utilização de nosso parque industrial cuja instalação no Estado já ocorreu com vistas ao mais econômico aproveitamento das matérias primas regionais".

Requer, outrossim, o signatário que do presente seja dado ciência ao Conselho Monetário Nacional, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil S. A."

Como observam os Srs. Deputados, pela leitura do Requerimento, o soja poderá ser transferido para os armazéns das pretendentes-compradoras, para os armazéns do Estado (COPASA) ou, ainda, para a CIBRAZEN.

Mas, como ficou evidenciado o nosso Requerimento contém um outro apelo. Trata-se em verdade, de um duplo pedido. Primeiramente, pelas razões já expostas, solicita a desocupação dos armazéns das cooperativas, tendo em vista a necessidade de atendimento à safra triticola. O segundo nasce do temor generalizado de que o soja até agora armazenado seja distribuído para industrialização fora do Estado. Daí a solicitação que é feita ao Sr. Diretor da CACEX para que não permita este acontecimento, pois sabemos que qualquer indústria do País, terá interesse em receber o produto a Cr\$ 45.00 por saca.

É de inteira justiça que o soja aqui produzido, aqui armazenado, seja também aqui industrializado. A medida constitui-se em uma forma de estimular o nosso incipiente parque industrial, evidenciando às indústrias de óleo e rações o acerto de seu procedimento, fundado ao raciocínio verdadeiro, pelo menos à luz da ciência, de que se instalando aqui teriam condições para o melhor aproveitamento econômico das matérias primas regionais.

Por fim, solicitaria a gentileza do Nobre Líder do Governo, em levar ao Sr. Governador o conteúdo deste breve pronunciamento, pois entendo tratar-se de matéria do mais elevado interesse para a economia paranaense.

Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

com a presença de Srs. Deputados.

ORDEM DO DIA,

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 99-73, que aprova Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os Órgãos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com Substitutivo, em regime de urgência. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 114-73, que aprova Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 198-73, que aprova Acordo n.º 05-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL — objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que transfere para a Jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., Em Regime de Urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146-73 de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico-hospitalar, do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo e Favorável ao Projeto da C.F., Contrário à Emenda, em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149-73 de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Feira Municipal de Ciências,

instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 104-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, a Fundepar e o Mobral. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e a FUNDEPAR e o MOBRL.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 29-73 — PROPOSIÇÃO 104-73

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 29-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e a FUNDEPAR e o MOBRL.

2 — Os referidos Convênios enquadram-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe à Assembléia Legislativa referendar os Convênios aludidos, o que ora fazemos, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUMULA: "Projeto de Resolução n.º 40-73 — ex-Proposição n.º 104-73 — Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os Órgãos que especifica — Educação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR — e Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL — Mensagem Governamental n.º 29-73".

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 40-73 — ex-Proposição n.º 104-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e os Órgãos que especifica: Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR — e Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL —, conforme cópias encaminhadas através da Mensagem Governamental n.º 29-73, da 22-3-73.

2. Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e sendo relevante o interesse público no campo educacional onde a execução dos convênios para referendado legislativo deverão ser dinamizados, em seu âmbito esta Comissão de Finanças não vê como deixar de dar seu voto favorável à aprovação da matéria dos Autos.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40-73

PARECER

O desiderato do Projeto de Resolução em tela, ex-Proposição n.º 104-73, aprovar os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e os Órgãos que especifica, ou seja: Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, Convênio celebrado para aplicação dos recursos do salário Educação — Quota Estadual de 1971 e 1972, destinados ao ensino primário do Estado do Paraná; Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, Convênio celebrado objetivando a implantação do Programa de Educação Integrada, através da ação conjunta do MOBRL e da SECRETARIA, para suprir, o nível das 4 primeiras séries de ensino do 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada, em caráter de suplência e em dinâmica acelerada.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade, opinou pela aprovação do Projeto.

Esta Comissão, no âmbito que lhe é próprio, não vê motivos para negar o acolhimento da matéria, pelo que opina pela APROVAÇÃO da mesma, nos termos da Emenda Substitutiva anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Assinatura ilegível) — Presidente

Deputado Alvaro Dias — Relator

(Assinatura ilegível)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40-73

O art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os seguintes Órgãos: Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, objetivando a aplicação dos recursos do Salário Educação — Quota Estadual de 1971 e 1972, destinados ao ensino primário do Estado do Paraná; Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, objetivando a implantação do Programa de Educação Integrada, através da

ação conjunta do MOBRAL e da SECRETARIA, para suprir, a nível das 4 primeiras séries de ensino do 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada, em caráter de suplência e em dinâmica acelerada.

Sala das Comissões, em
(Assinatura Ilegível) — Presidente
Deputado Alvaro Dias — Relator

ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO GOVERNADOR

Curitiba, 22 de março de 1973.

MENSAGEM 29/73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os Órgãos que especifica, como segue:

Fundação Educacional do Estado do Paraná (1972);

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL (20-5-72).

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio Especial entre a Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, para aplicação dos recursos do salário Educação — Quota Estadual de 1.971 e 1.972, destinados ao ensino primário do Estado do Paraná.

A Fundação Educacional do Estado do Paraná, doravante denominada pela sigla "FUNDEPAR", pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Capital, à Rua dos Funcionários, 1323, neste ato representada por seus Diretores Superintendente e Administrativo, respectivamente Doutor Parlo Bittencourt Beltrão e Economista Jeanete Alberge e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a seguir denominada SEC, neste ato representada por seu Titular, Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Linhares da Costa, considerando o vencido no protocolado n.º 36.520-72/FUNDEPAR, convenionam, pelo presente Termo, aplicar recursos do Salário-Educação — Quota Estadual de 1.971 e 1.972, mediante as condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A FUNDEPAR prestará à SEC, auxílio financeiro como contribuição ao programa de Expansão Regular de Matrícula e Manutenção do pessoal docente da Rede Estadual, durante o ano letivo de 1.972.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender as despesas com o objetivo a que se refere a cláusula anterior, a FUNDEPAR fará entrega à SEC (Primeira Inspeção Regional de Ensino), da importância de Cr\$ 221.159,04 (duzentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e nove cruzeiros e quatro centavos), que será liberada nas seguintes parcelas: 1a.) Cr\$ 106.842,29 (cento e seis mil, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros e vinte e nove centavos); 2a.) Cr\$ 68.590,09 (sessenta e oito mil, quinhentos e noventa cruzeiros e oito centavos); 3a.) Cr\$ 45.726,67 (quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

A importância global prevista na Cláusula anterior correrá à conta dos seguintes recursos:

a) Cr\$ 77.702,31 (setenta e sete mil, setecentos e dois cruzeiros e trinta e um centavos) do Salário-Educação — Quota Estadual de 1.971 — Restos a Pagar de 1.971 — 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios — Item "A" — Programa de Expansão Regular de Matrícula — Empenho n.º 14.090; b) Cr\$ 143.456,73 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros e setenta e três centavos) — Sub Programa 12.0 — Apoio aos Planos Especiais — 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial — Item "A" — Realização a conta da Quota Estadual do Salário-Educação de 1.972 — Atividade I.I — Manutenção do Pessoal docente da Rede Estadual — Empenho 24.010.

CLÁUSULA QUARTA

As importâncias a que se refere a parte final da cláusula segunda deste instrumento, uma vez recebidas da FUNDEPAR, serão depositadas pela SEC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas de seu recebimento, no Banco do Estado do Paraná S.A. — Agência desta cidade, onde serão mantidas em conta especial conta Poderes-Públicos — vinculada ao presente convênio, a ser movimentada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura ou no impedimento deste pelo Diretor Geral da SEC, juntamente com a Inspeção do Ensino Primário de Curitiba.

Parágrafo único — A movimentação da conta bancária referida nesta cláusula e destinada a atender despesas com o objeto deste convênio, será feita, exclusivamente, por meio de cheques nominais ou ordens de pagamento

CLÁUSULA QUINTA

A SEC fará execução do contido no presente convênio através da Inspeção do Ensino Primário de Curitiba.

CLÁUSULA SEXTA

A FUNDEPAR não assume, pelo presente instrumento, qualquer responsabilidade resultante do inadimplimento, por parte da SEC, de obrigações de natureza cível, trabalhista, fiscal ou administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA

A SEC, através da sua Inspeção do Ensino Primário de Curitiba, efetuará, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos adiantamentos, prestação de contas das importâncias recebidas da FUNDEPAR, mediante comprovação das despesas que através de documentos hábeis, na forma da lei, deverão ser encaminhados, segundo ainda as exigências estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura para aplicação dos recursos objeto do presente.

CLÁUSULA OITAVA

Este convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo, se assim o desejarem as partes convencionantes, bem como incorrerá em caducidade na hipótese de superveniência de norma que o torne material ou formalmente impraticável.

Parágrafo único — No caso de denúncia ou caducidade, a SEC fará imediata prestação de contas das importâncias recebidas da FUNDEPAR e restituirá o saldo porventura existente à data do ato determinante da caducidade

CLÁUSULA NONA

Fica eleito o foro de Curitiba exclusão de qualquer outro, por privilegiado que seja, para a solução de qualquer contencioso a respeito do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA

O presente convênio vigorará pelo prazo de 10 (dez) meses. E, por assim haverem justo e convencionado, firmam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor, o qual lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas presentes ao ato.

Curitiba,

aa) Paulo Bittencourt Beltrão

Diretor Superintendente da FUNDEPAR

Roberto Linhares da Costa

Secretário da Educação e Cultura

Jeanete Alberge

Diretor Administrativo da FUNDEPAR

Zeluta Alice Chede

Inspetora do Ensino Primário da 1a. I.R.E.

Testemunhas:

(Assinaturas Ilegíveis)

Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, doravante denominada apenas "SECRETARIA", e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, doravante denominada simplesmente "MOBRAL", para o fim de desenvolver ação integrada da Direção do Programa que visa a suprir em nível equivalente às quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada, em caráter de suplência e em dinâmica acelerada.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Educação e Cultura do Paraná, nesta cidade de Curitiba, presente o Doutor Roberto Linhares da Costa, Secretário de Estado da Educação e Cultura do Paraná, e o Doutor Mário Henrique Simonsen, Presidente da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — os quais, tendo presente o sentido de mútua colaboração e ação integrada, resolvem firmar o presente convênio, o que fazem mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objetivo do presente convênio é a implantação do Programa de Educação Integrada, através da ação conjunta do MOBRAL e da SECRETARIA, para suprir, a nível das 4 primeiras séries do ensino do 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada, em caráter de suplência e em dinâmica acelerada.

§ 1.º — A alfabetização funcional da população não escolarizada do Estado, para adolescentes e adultos que não a tenham seguido na idade própria, ficará a cargo do MOBRAL, nos mesmos saldos dos programas já realizados deste 1970, sob a responsabilidade das Comissões Municipais, observado o sistema operacional do MOBRAL.

§ 2.º — A participação direta do Estado, nos termos deste convênio, se fará a partir da etapa de alfabetização Educacional, mediante adaptação do seu ensino supletivo ao Programa de Ação Integrada.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Programa de Educação integrada abrangerá em 1972, quarenta e um Municípios selecionados entre os que mantêm ensino supletivo, os que contêm com grande número de adultos e adolescentes alfabetizados.

§ 1.º — Os professores treinados pelo MOBRAL central deverão integrar a equipe de treinamento para os programas de alfabetização nos Municípios, bem como supervisionar o desenvolvimento do referido programa.

§ 2.º — Poderão candidatar-se à matrícula do curso de educação integrada:

- a) — Alunos que já pertenciam às classes do curso supletivo;
- b) — Alunos que concluíram com êxito os cursos de alfabetização do MOBRAL;
- c) — Alfabetizados que não tenham concluído o curso primário e desejam melhorar seus conhecimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para o Programa de Educação integrada será observado o calendário estabelecido pela Secretaria, a fim de que possam melhor atender as necessidades locais e ao interesse dos alunos.

Parágrafo único — O horário de funcionamento e a organização dos alunos da Educação integrada bem como o agrupamento do aluno, ficarão a cargo da Secretaria.

CLÁUSULA QUARTA

Ao MOBRAL Central compete:

- I — Oferecer aos alunos e professores o material didático necessário;
- II — Prestar assistência técnica, quando solicitada pela Secretaria;
- III — Financiar e ministrar treinamento e atualização de elementos da Secretaria e das Inspeções Regionais, e Diretores, Professores e equipes

técnicas, os métodos e técnicas de ensino adequados ao Programa de Educação integrada em sua primeira etapa;

IV — Financiar a hospedagem dos três representantes de cada Município convocados para o treinamento da segunda etapa.

CLAUSULA QUINTA

Para que os objetivos deste convênio seja alcançados, a participação da Secretaria, no programa de Educação integrada se caracteriza pelos seguintes compromissos:

I — Concorrer com os recursos humanos do que dispuser nos Municípios, tais como: Inspeção Regional de Ensino, supervisores, diretores, orientadores, professores (preferencialmente com qualificação mínima de professor de ensino primário), pessoal de serviços auxiliares;

II — Contribuir com recursos materiais, prédios da rede estadual, mobiliário e material de consumo que estariam destinados ao ensino supletivo;

III — Acompanhamento e avaliação permanentes dos trabalhos realizados nas classes e comunicação das observações e análise ao MOBRAL Central, pelo Departamento de Educação, complementar através da Coordenação estadual do MOBRAL;

IV — Promover a distribuição à rede escolar envolvida no Programa de Educação Integrada, de todos os livros, cadernos, revistas e jornais fornecidos pelo MOBRAL para uso e aplicação nas classes;

V — Exercer supervisão e dar orientação didática durante todo o desenvolvimento do Programa, através dos órgãos regionais, mantendo o MOBRAL Central informado do andamento dos trabalhos;

VI — realizar atividades do treinamento e atualização nas segunda e terceira etapas, respectivamente, na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná;

Parágrafo único — O Estado não se compromete a aumentar o número de alunos, durante a vigência deste convênio.

CLAUSULA SEXTA

O presente convênio terá vigência de dois anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por concurso das partes ou por descumprimento do motivo justificado e expressamente aceito, de quaisquer das obrigações assumidas.

CLAUSULA SÉTIMA

Os casos omissos, supervenientes da execução de convênio serão selecionados através de consultas e mútuo consentimento das partes.

CLAUSULA OITAVA

É eleito o foro da cidade de Curitiba para qualquer demanda que tenha objetivo o presente convênio.

E por se acharem acordos, firmam as partes do presente termo, depois de lido e achado conforme, juntamente com as testemunhas, para que, após homologação por sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, produza os necessários efeitos legais.

Secretaria de Educação e Cultura, Curitiba, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de maio de 1972.

aa) Roberto Linhares da Costa

Secretário da Educação e Cultura

Doutor Mário Henrique Simonsen

Presidente do MOBRAL

Testemunhas:

(Assinaturas Illegíveis)

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 61-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 202-73 que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 61-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, — para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

Dep. Igo Losso — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 61-73

PROPOSIÇÃO N. 202-73

AUTOR: Governo do Estado.

SUMULA: Mensagem n.º 63-73, encaminhando, para os fins constitucionais cópia de Termo Aditivo de Renovação de Convênio.

PARECER:

Trata a presente Proposição da Mensagem n.º 63-73 encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973 entre a Secretaria da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

A medida encontra amparo constitucional, daí porque nos manifestamos pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

Dep. Igo Losso — Relator

Assinaturas Illegíveis

PARECER

Comissão de Finanças

SUMULA:

"Projeto de Resolução n.º 61-73 — Ex-Proposição n.º 202-73 — Aprova termo aditivo de convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná — Mensagem Governamental n.º 63-73, de 23.07-1973".

1. Tratam os Autos do Projeto de Resolução n.º 61-73, ex-Proposição n.º 202-73, que aprova termo aditivo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná, originado de Mensagem Governamental n.º 63-73, de 23 de julho de 1973.

2. Respalçado pelo permissão constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de celebrar convênios e firmar acordos havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em R. Parecer de fls. se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da matéria e, finalmente tendo-se em conta o evidente interesse da administração pública e os benefícios que da execução do convênio resultarão para as populações de zonas rurais do Estado, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Resolução em testilha.

Pela Aprovação é o Parecer s.m.j.
Sala das Comissões, 04 de 09 de 1973.

as. ilegível — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

Ass. Illegíveis

Comissão de Saúde Pública

Projeto de Resolução n.º 61-73 — Ex-Proposição n.º 202-73 Mensagem n.º 63-73 — G.E. — Aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública — SUCAM — para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná.

PARECER

O presente Projeto de Resolução aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Convênio este, com o qual os Poderes Públicos se propõem coordenar regionalmente Campanhas contra Doenças de Chagas, Malária; Esquistossomose; Febre Amarela; Tracoma; Bócio Endêmico; Verminose; Varíola e Educação Sanitária.

Evidencia-se os benefícios que a execução do referido Convênio trará para as populações rurais de nosso Estado; e no campo da Saúde, a matéria é altamente meritória e esta Comissão de Saúde Pública, só tem a louvar iniciativas jaez dando seu parecer Favorável.

Salas das Comissões, em 12 de setembro de 1973

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

MENSAGEM 63-73

Curitiba, 23 de julho de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973 entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Oswaldo Santos Lima

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL.

Renovação de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — através do setor Paraná, da Coordenação Regional VII, para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais do Estado do Paraná.

Aos 15 (quinze) dias do mês de março, do ano de 1973 (um mil novecentos e setenta e três), no Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, em Curitiba presentes os srs. Dr. Ivan B. Fontoura Secretário desta Pasta, e o Dr. Ernani Guimarães Fernandes da Motta Superintendente da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, deliberaram assinar o presente Convênio através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública visando acelerar a execução de medidas profiláticas indicadas no combate às Endemias Rurais no Paraná, conforme a autorização Governamental, exarada no Protocolo sob n.º 05305 de 1.º de março de 1973 do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 34 de 23 de abril de 1973.

CLAUSULA PRIMEIRA: — A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — realizará por intermédio de seu Setor do Estado do Paraná, da Coordenação Regional VII, durante o ano de 1973 as seguintes atividades: — a) — Campanha contra a Doença de Chagas; b) — Campanha contra a Malária; c) — Campanha contra a Esquistossomose; d) — Campanha contra a Febre Amarela; e) — Campanha contra a Tracoma; f) — Campanha contra o Bócio Endêmico; g) — Campanha contra Verminose; h) —

Campanha contra a Varíola; i) — Campanha de Educação Sanitária.

CLAUSULA SEGUNDA — Caberá ao Setor Paraná de Superintendência de Campanhas de Saúde Pública contribuir para os trabalhos das Campanhas com pessoal técnico, administrativo, de laboratório de campo motoristas; mecânicos e ainda veículos, bombas aspersoras peças e acessórios para veículos; combustíveis; lubrificantes; uniformes; impressos; inseticidas; moluscidas; medicamentos, material de limpeza e expediente e diárias de ali-

mentação e pousada para movimentação de todo o pessoal de campo e de supervisão.

CLÁUSULA TERCEIRA: —

A Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná contribuirá para a execução do programa de combate a endemias, com a importância mensal de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) perfazendo o total anual de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) para atender as despesas de qualquer natureza ao combate a endemias. Setor Paraná correndo as despesas pela Dotação do Programa, digo Dotação de Atividades 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Unidades Executoras 3201 — Gabinete do Secretário — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.4.0.0.17 — Acordos e Convênios empenhado na Contadoria Seccional desta Pasta sob n.º 406 e na Contadoria Central do Estado sob n.º 3121, no que se refere ao presente exercício.

CLÁUSULA QUARTA: — O presente Convênio, entrará em vigor em 1.º de janeiro, até 31 de dezembro de 1973 podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA — A Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, poderá contribuir também com pessoal, material e veículos para o bom andamento dos trabalhos das campanhas.

CLÁUSULA SEXTA — A comprovação dos recursos recebidos, será feita diretamente pelo Setor Paraná, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública sendo os comprovantes das despesas quitadas em nome do Setor Paraná, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA: — O presente Convênio, poderá ser rescindido de comum acordo ou por uma das partes, cessando a sua vigência só após 60 (sessenta) dias da data da comunicação.

E por haverem assim justo e contratado o presente Termo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e o Superintendente da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e demais testemunhas.

Dr. IVAN B. FOUTOURA — Secretário de Saúde Pública

Dr. ERNANI GUIMARÃES FERNANDES DE MOTTA — Superintendente da Super. Camp. Saúde Pública.

TESTEMUNHA

as. ilegível

TESTEMUNHA

as. ilegível

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 153-73, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 153-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, a área de terreno com a dimensão de 197.140 m2, aproximadamente localizada na Sede do Município, e que de confronto, ao Norte com terras municipais aforadas por diversos a Leste com terras de propriedade do Seminário, a Oeste e ao Sul, com parte restante do imóvel de propriedade do Estado onde se encontra instalada a Escola Normal de Palmas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1973.

a) Deputado Luiz Roberto Soares

JUSTIFICAÇÃO:

Em 1948, o Município de Palmas doou ao Estado do Paraná um terreno de 250.000 m2, localizada na Sede do seu Município para que o Governo Estadual ali construísse a Escola Normal Rural.

Em 1962, o Governo do Estado através da Lei n. 4.631, devolveu ao Município parte dessa área precisamente 53.860 m2 destinada à construção de um campo de esportes.

Deste modo, ficou uma área remanescente de 197.140 m2, na qual então o Estado devia construir a referida Escola Normal Rural. Devia mas não o fez. E o Município face o não cumprimento, por parte do Estado de sua obrigação, vem se utilizando embora irregularmente da mesma para obras de interesse público.

Este Projeto de Lei, que submeto à apreciação dos meus ilustres pares, objetiva regularizar essa situação.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 153-73

De autoria do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares o presente Projeto de Lei visa autorizar o Estado a doar ao Município de Palmas uma área de terras, que especifica.

Como se infere da justificativa dada pelo autor, me parece que a iniciativa é oportuna e necessária. E do ponto de vista legal ela está perfeitamente em condições de ser aprovada.

E o parecer

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

aa) Antonio Costa — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Quielise Crisóstomo da Silva

Ivo Thomazoni

Ovidio Franzoni

Nelson Buffara

Wilson Fortes

Erondy Silvério

Comissão de Finanças e Orçamento

PROJETO DE LEI N. 153-73

AUTOR: Dep. Luiz Roberto Soares

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palmas área de terreno que especifica.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares o presente plano de Lei objetiva doar ao Município de Palmas, área de terras que especifica.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devida oportunidade opinou pelo acolhimento da matéria.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não vemos nenhum obstáculo que se lhe anteponha, visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo cuja matéria é da sua competência.

Assim sendo opino pela aprovação do Projeto em testilha.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

João Fadel

Alvaro Dias

PROJETO DE LEI N. 153-73

Autor Deputado Luiz Roberto Soares

Comissão de Terras

PARECER

Subscrito pelo ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, o Projeto de Lei em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Palmas uma área de terras, que especifica.

As Doutas Comissões de Justiça e de Finanças já se pronunciaram pela aprovação da matéria. Do ponto de vista desta Comissão entendemos, também, que a mesma está em condições de ser aprovada.

E o parecer.

Salas das Comissões, em 27 de setembro de 1973.

aa) Domicio Scaramella — Presidente

Iris Mário Caldart — Relator

Marciano Bararluuk

Alvaro Dias.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 156-73 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 64-73, encaminhando Anteprojeto de Lei que objetiva conceder a sra. Egypcialinda Veloso de Souza viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J e C.F. com SUBSTITUTIVOS — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 156-73

MENSAGEM n. 64-73

Curitiba, 31 de julho de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva conceder a sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza uma pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos elevados interesses da Administração eis que retratando preocupação do Governo do Estado e de todo o Povo Paranaense, visa a adoção de providências legais no sentido de conceder o pretendido benefício à viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, do qual o recente falecimento marcou em nossa Terra um doloroso e triste acontecimento quando o Paraná veio perder um de seus mais ilustres e valorosos homens, que, então ocupava a Suprema Magistratura do Estado.

Por outro lado caracterizando a grande necessidade de concessão da pensão em questão, merece ser destacado o fato de que a viúva do finado Governador Parigot de Souza, não possui rendimentos suficientes para sua subsistência inclusive para a de dois filhos menores, estudantes e que também não exercem qualquer atividade remunerada.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência o meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

PROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado.

Art. 2.º. As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 156-73

Mensagem do Governo, transformada nesta Casa, no Projeto de Lei n.º 156-73, ora em exame que concede a partir de 11 de julho de 1973 à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado.

A iniciativa é louvável e merecedora da aprovação desta Casa.

Entretanto como as viúvas de ex-Governadores já estão contempladas por pensões, através das leis 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54 de 22 de novembro do mesmo ano submetemos à apreciação dos ilustres pares, o substitutivo anexo o qual nos parece atender melhor a lei e a justiça.

E o parecer

Sub-emenda

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

as. ilegível

Dep. Ovidio Franzoni — Relator

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 56-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, a Sra. Egypcialinda Veloso de Souza viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado.

Art. 2.º — A beneficiária da pensão de que trata o artigo anterior não

se aplicam as disposições das leis n.os 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54.63, de 22 de novembro do mesmo ano.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 156-73 — SUMULA: Mensagem Governamental n.º 64-73, objetivando conceder a Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza uma pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado.

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em testilha oriundo da Mensagem Governamental n.º 64-73, é conceder à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza uma pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado a partir de 11 de julho de 1973.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao apreciar a matéria em sua devida oportunidade, opinou pela aprovação do Projeto, ressaltando entretanto que as viúvas de ex-Governadores já estão contempladas por pensões através das Leis n.os 4.763 de 5 de novembro de 1963 e 54, de 22 de novembro do mesmo ano, razão pela qual apresentou o Substitutivo Geral anexo excluindo a beneficiária da pensão de que trata o presente Projeto, dos beneficiários das referidas Leis.

Sob o aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, nenhum óbice que se lhe possa antepor, visto tratar-se de iniciativa do Chefe do Poder Executivo cuja competência lhe é assegurada por dispositivo da Carta Estadual.

Destarte, opino pela Aprovação do Projeto nos termos da EMENDA, anexo.

Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

Deputado Gilberto Carvalho — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

EMENDA AO ART. 1.º DO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 156-73

SUBSTITUA-SE O ART. 1.º PELO SEGUINTE:

"Art. 1.º — Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Sra. EGYPCIALINDA VELOSO DE SOUZA, viúva do ex-Governador PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado vigentes àquela data".

Sala das Comissões, em

Alvaro Dias — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Angela Reghin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sarquis Antônio Samara. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Franco, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Senko. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Franco, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rosalvo Teixeira de Assis, ocorrido no Município de Ibaíti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 182-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 137-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, visando seja estendido, ao lugar denominado São Pedro do Oeste, o Ginásio Estadual Dario Veloso, da sede do Município de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor da Carteira de Comércio Exterior — Cacex do Banco do Brasil S. A., no sentido de que seja determinado a transferência do soja depositado nos armazéns das diversas cooperativas para os depósitos, à ordem da Cacex, dos pretendentes adquirentes, todos com capacidade ociosa, ou, então, fique o produto guardado nas unidades da Copasa e da Cibrazem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., encarecendo estudos visando a construção de uma ponte sobre o Rio Ribeira, ligando os Municípios de Cerro Azul a Sengés, via Varzeão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Pauta o Projeto de Lei n.º 97-71, tendo em vista já haver decorrido prazo excessivo sem que as Comissões competentes se tivessem devidamente pronunciado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Governador do Estado, pelo lançamento no norte do Estado, da Campanha de Combate à Férugem do Cafeeiro. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 46-73, 57-73 e 57-73 e dos Projetos de Lei n.ºs. 74-73, 146-73 e 149-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 40-73, 61-73 e dos Projetos de Lei n.ºs. 153-73 e 156-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 283-70, 208-72, 52-73 e 137-73. Levanta-se a Sessão.